Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 de setembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

D E C R E T O Nº 2.502, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010

Aprova o Regimento Interno do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 6.571, de 8 de agosto de 2003, alterada pela Lei nº 7.290, de 24 de julho de 2009,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP, na forma do Anexo deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 de setembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

TÍTULO I

DA NATUREZA, DA MISSÃO E DAS FUNÇÕES BÁSICAS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA MISSÃO

Art. 1º O Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP, criado pelo Decreto-Lei nº 183, de 24 de março de 1970, modificado pela Lei nº 6.527, de 23 de janeiro de 2003, e reestruturado pela Lei nº 6.571, de 8 de agosto de 2003, e alterado pela Lei nº 7.290 de 24 de julho de 2009, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica, com sede e foro na Cidade de Belém, vinculada à Secretaria de Estado de Administração - SEAD, com a missão institucional de garantir a assistência à saúde e social, com efetividade, aos servidores públicos estaduais e seus dependentes na perspectiva da Seguridade Social.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES BÁSICAS

Art. 2º São funções básicas do IASEP:

I - assegurar os princípios fundamentais da promoção à saúde, fortalecendo os mecanismos de gestão do IASEP;

II - executar, coordenar e supervisionar a prestação de serviços nas áreas de saúde e da assistência social aos segurados do IASEP;

III - gerenciar o Plano de Assistência à Saúde, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Os serviços nas áreas de saúde e assistência social destinam-se aos servidores públicos ativos da administração direta de quaisquer dos Poderes do Estado do Pará, suas autarquias e fundações, aos militares ativos e inativos, aos servidores inativos, aos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, aos ocupantes de funções temporárias, aos pensionistas e seus dependentes, nos termos da legislação.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA E DAS COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Para desempenhar sua missão institucional e realizar os processos dela decorrentes, o IASEP contará com a seguinte composição organizacional:

I - Conselho de Administração;

II - Conselho Fiscal;

III - Presidência;

IV - Vice-Presidência;

V - Gabinete da Presidência;

VI - Procuradoria Jurídica;

VII - Núcleo de Comunicação;

VIII - Núcleo de Controle Interno;

IX - Núcleo de Planejamento;

X - Núcleo de Tecnologia da Informação;

XI - Diretoria Administrativa e Financeira:

a. Coordenadoria Administrativa:

1. Gerência de Administração e Serviços;

2. Gerência de Material e Patrimônio.

b. Coordenadoria de Orçamento e Finanças:

1. Gerência de Fiscalização e Arrecadação;

2. Gerência de Execução Orçamentária.

c. Coordenadoria de Gestão de Pessoas:

1. Gerência de Desenvolvimento de Pessoas;

2. Gerência de Administração de Pessoal.

XII - Diretoria de Assistência:

a. Coordenadoria de Gestão em Saúde:

1. Gerência de Cadastro;

2. Gerência de Regulação em Saúde;

3. Gerência de Assistência Preventiva;

4. Gerência da Assistência Domiciliar - Assist Lar.

b. Coordenadoria de Economia em Saúde:

1. Gerência de Conferência Administrativa;

2. Gerência de Análise Técnica;

c. Coordenadoria de Assistência Social:

1. Gerência de Benefícios Sociais.

XIII - Gerências Regionais:

a. Agências Municipais.

§ 1º O organograma do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP constitui o Anexo I deste Regimento.

§ 2º O quadro de cargos de provimento em comissão com a respectiva denominação, código/padrão e quantidade está expresso no Anexo II, deste regimento.

§ 3º Para gestão de serviços nas áreas de saúde e da assistência social aos segurados do IASEP no interior do Estado, ficam definidas, na forma abaixo especificada, as 6 (seis) Gerências Regionais:

I - Gerência Regional, com sede em Altamira;

II - Gerência Regional, com sede em Breves;

III - Gerência Regional, com sede em Bragança;

IV - Gerência Regional, com sede em Santarém;

V - Gerência Regional, com sede em Marabá;

VI - Gerência Regional, com sede em Tucuruí.

§ 4º As áreas de abrangência das Gerências Regionais ficam demonstradas no Anexo III.

§ 5º As Agências são unidades do IASEP nos municípios de Abaetetuba, Alenquer, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Cametá, Capanema, Capitão Poço, Conceição do Araguaia, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Paragominas, Redenção, Santa Izabel do Pará, Soure e Vigia, coordenadas por um Supervisor Administrativo, com a finalidade de viabilizar o acesso dos segurados do IASEP aos serviços disponibilizados de assistência à saúde e social nos respectivos Municípios.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD

Art. 4º O Conselho de Administração, órgão superior de deliberação colegiada do IASEP, será constituído de 11 (onze) membros e respectivos suplentes, com a seguinte composição:

I - Secretário de Estado de Administração;

II - Secretário de Estado de Governo;

III - Secretário de Estado da Fazenda;

IV - Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças;

V - Presidente do IASEP;

VI - um representante da Assembleia Legislativa;

VII - um representante do Tribunal de Justiça do Estado;

VIII - um representante dos servidores ativos civis inscritos no Plano Assist, indicado pelas suas associações ou sindicatos;

IX - um representante dos militares ativos inscritos no Plano Assist, indicado pelas suas associações;

X - um representante dos servidores inativos inscritos no Plano Assist, indicado pelas suas associações ou sindicatos;

XI - um representante dos pensionistas inscritos no Plano Assist, indicado pelas suas associações ou sindicatos.

Art. 5º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º A Presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Secretário de Estado de Administração.

§ 2º As deliberações do Conselho de Administração serão lavradas em Ata e tomadas por maioria simples de votos, com a presença de, no mínimo, dois terços de seus membros, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Art. 6º Compete ao Conselho de Administração:

I - auxiliar a Presidência procedendo ao acompanhamento das políticas e das atividades do IASEP;

II - analisar, aprovar e acompanhar o plano anual de trabalho e a proposta orçamentária do IASEP, referentes à área da assistência à saúde e social e administrativa;

III - aprovar o regimento do IASEP e suas alterações; após análise da Secretaria de Estado de Administração - SEAD e submetê-lo a homologação do Chefe do Poder Executivo;

IV - deliberar sobre doação, cessão e alienação de bens imóveis do IASEP, observadas as normas legais;

V - aprovar o plano de cargos e salários dos servidores do IASEP, após análise da Secretaria de Estado de Administração e submetê-lo ao Chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Assembleia Legislativa;

VI - opinar sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Presidência ou suscitado por qualquer um dos seus membros;

VII - decidir sobre os casos omissos deste Regimento.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL - CONFIS

Art. 7º O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira do IASEP, terá funcionamento permanente e será constituído de 6 (seis) membros efetivos e de igual número de suplentes, integrados pelos seguintes representantes:

I - do Governo do Estado;

II - do IASEP;

III - do Tribunal de Justiça do Estado;

IV - dos aposentados do Estado;

V - dos servidores civis ativos;

VI - dos militares ativos.

Art. 8º Os membros do Conselho Fiscal serão escolhidos dentre pessoas diplomadas em curso de nível superior, com conhecimentos em assuntos de natureza contábil, econômica e financeira.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal serão nomeados pelo Governo do Estado para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período.

§ 2º O Conselho Fiscal terá um Presidente eleito pelos membros, o qual terá, além do seu, o voto de qualidade, no caso de empate.

§ 3º A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável, ressalvada a suplência.

§ 4º Os membros do Conselho Fiscal, representantes dos servidores civis ativos e dos militares ativos e dos aposentados e pensionistas, serão indicados pelo sindicato ou associação da respectiva classe.

Art. 9º O Conselho Fiscal realizará reuniões ordinárias trimestralmente e extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente ou pela maioria de seus membros, sendo suas deliberações registradas em ata.

Art. 10. A ausência, sem justificativa, em 3 (três) reuniões consecutivas ou em 5 (cinco) alternadas, no período de 1 (um) ano, ensejará a perda do mandato de Conselheiro.

Art. 11. É da competência do Conselho Fiscal requisitar a realização de inspeções e auditagens, sendo vedado aos membros do Conselho Fiscal adotar, individualmente, qualquer dessas providências.

§ 1º O Conselho Fiscal, com a aprovação da maioria de seus membros e para a execução de seus trabalhos, poderá requerer a Presidência do IASEP, mediante justificativa escrita, o assessoramento de perito-contador ou de empresa especializada.

§ 2º A requisição de documentos necessários ao exercício regular das funções relativas ao mandato de Conselheiro deverá ser feita por intermédio do Presidente do Conselho Fiscal.

Art.12. Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar, trimestralmente, os balancetes e as demais demonstrações contábeis elaboradas pelo IASEP;

II - opinar sobre as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, sobre o relatório anual da administração, bem como sobre os processos de prestação de contas, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;

III - acompanhar a execução financeira, fiscal e orçamentária, valendo-se do exame de livros, documentos e informações que entender requisitar;

IV - examinar a criação de fundos de reserva, provisões, reavaliação do ativo, destinação de saldos positivos de balanço, planos de investimento ou orçamento de capital, transformação, incorporação, fusão ou cisão dos fundos;

V - manifestar-se previamente sobre aquisição de bens imóveis, alienação, cessão e arrendamento de tais bens.

SEÇÃO III

DA PRESIDÊNCIA

Art. 13. À Presidência do IASEP compete:

I - planejar, organizar, orientar e controlar as atividades desenvolvidas pelo IASEP, referentes à gestão assistencial nas áreas de saúde e social, com base nos princípios da política de Seguridade Social dos servidores públicos do Estado do Pará;

II - cumprir e fazer cumprir a legislação, o Regimento Interno e